



## MÚLTIPLOS CAMINHOS: FIRMANDO PARCERIAS NO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS

SANTOS, Carmelita Nascimento

*Estudante de Mestrado do programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea/UCSAL*

*Integrante do grupo de estudo- NPEJI e GEFTHIN  
carmelitan@gmail.com*

267

### RESUMO

O presente estudo objetiva refletir sobre a importância da parceria entre a Escola/Família e órgãos de proteção à infância no município de Jaguaquara/BA, para combater a violência doméstica contra criança. Aborda o tema com a intenção de despertar para a gravidade e ampliar a discussão pensando nas formas de parceria como possíveis meios para enfrentamento. Discute-se a violência como relação de poder, as relações conjugais conflituosas e a parceria entre Família & Escola como condição primordial, juntamente com os órgãos de proteção, no combate a violência doméstica. Optou-se metodologicamente pela pesquisa descritiva, de cunho qualitativo e entrevista semiestruturada com a participação de uma conselheira Tutelar, dados do CREAS e 9 (nove) professores, analisando as subjetividades e ancorado em um estudo bibliográfico. Revela que a parceria é uma caminho no enfretamento das situações problemas vivenciada pelos educandos, fazendo-se urgentes processos democráticos, dialógicos e interativos, como condições *sine-qua-non* no combate e proteção às crianças vítima de violência.

**Palavras-chave:** Violência. Parcerias. Família & Escola.

### ABSTRACT

This study analyzes the importance of partnership between the School / Family and child protection agencies in the county Jaguaquara / BA, to combat domestic violence against children. Addresses the topic with the intent to arouse the severity and broaden the discussion in ways of thinking partnership as possible means of coping. Discusses violence as a power relationship, conflicting marital relations and partnership between Family and School as a primary condition, along with reporting agencies, in combating domestic violence. We chose methodologically by descriptive research, qualitative nature and semistructured interviews with the participation of a counselor Guardianship, data CREAS and nine (9) teachers, analyzing the subjectivities and anchored in a bibliographical study. Reveals that the partnership is a way of coping in situations problems experienced by learners, becoming urgent democratic, dialogical and interactive processes, such as the *sine-qua-non* in combat and protection of children victims of violence

**Key-words:** Violence. Partnerships. Family & School.



## 1 INTRODUÇÃO

As violências são consideradas por psicólogos como empecilho para o crescimento integral e social de crianças e adolescente em consequência dos traumas físicos e psicológicos ao longo da vida. Frequentemente as agressões são justificadas pelos agressores, nos casos de espancamentos, como uma forma de educar e corrigir transgressões de comportamentos, não percebendo a violência que estão praticando e confundem espancamento com educação/disciplina. Também, podem ser decorrentes de conflitos conjugais, visto que estudos recentes mostram que a relação conflituosa de gênero acaba atingindo os filhos (OLIVEIRA, M. C.; BRITO, R, 2008), fato reafirmado em visita ao Conselho Tutelar do município de Jaguaquara-BA. Partindo dessas premissas, as causas e consequências no desenvolvimento integral da criança são bem variadas e preocupantes.

Ciente da problemática que se objetiva aqui refletir sobre a importância da parceria no combate à violência doméstica contra crianças. Trata-se de um estudo qualitativo que analisa a violência como relação de poder e a parceira como mecanismo para combater e/ou minimizar a violência contra crianças/educandos, tanto na casa quando na escola. A pesquisa foi realizada no município de Jaguaquara/BA, sobre o prisma de uma conselheira tutelar e de professores do referido município.

Justifica-se este estudo, visto que a violência impacta negativamente nos aspectos cognitivos, relacionais e comportamentais dos educandos, além de ser um ato desumano. A escola é um dos principais sinalizadores das violências sofridas pelas crianças e pode ser uma forte parceira da família e dos órgãos de proteção a criança. Ressaltando que não basta identificar, mas buscar soluções plausíveis para o combate ao fenômeno que afeta diretamente a educação, segunda instituição de convivência.

Percebe-se o quanto é preocupante e necessário de investigação, uma vez que eles existem, são notificados, divulgadas pelos meios de comunicação e logo esquecidos ou banalizados. Porém, a questão maior é: o que se tem feito para prevenir e amparar essas crianças? Está claro que o fato é um problema de saúde pública e as leis que estabelecem aos cidadãos seus direitos, precisam ser cumpridas frente à sociedade e a família (Estatuto da Criança e Adolescente, Constituição Federal, Declaração sobre os Direitos Humanos...)



A questão da violência é crescente e tem aprisionado o cidadão em suas casas, apartamentos e condomínios, porém as vivenciadas no *lôcus* de convivência, e aqui destaco as sofridas por crianças e adolescente no espaço domiciliar, independentemente da classe social que pertence é comum. A família deveria ser a principal protetora, ser exclusivamente o ambiente de amar e acolhimento. Implica dizer que neste contexto há um desequilíbrio familiar ou “família em desordem”, como bem afirma Roudinesco (2003). É uma questão que precisa de maior atenção, pois muitas das agressões são silenciadas e se refletem não apenas nas marcas deixadas no corpo, mais no psicológico, no emocional e no cognitivo, causando danos muitas vezes invisíveis e irreparáveis.

Alguns estudos revelam que muitas das crianças que sofreram os maus tratos, também já testemunharam os conflitos vivenciados, principalmente pelas mães nos conflitos conjugai. São relações permeadas por um convívio desarmônico que pode se arrastar por muitos anos. Há um consenso de que a violência é prejudicial aos laços familiares, especialmente para as crianças e uma violação aos direitos humanos ((DIAS, 2004; OLIVEIRA& CAVALCANTI, 2007; CAVALCANI & CARENIRO, 1012; OLIVEIRA & BRITO, 2008).

Percebe-se a necessidade de ampliar a discussão em torno da questão a fim de evitar a disseminação e os silenciamentos. A mobilização do cidadão e as parcerias dos diversos segmentos da sociedade podem ser plausíveis para prevenir as diversas formas de violências e não normatizá-las. Esse dialogo deve interessa a toda população e não apenas as pessoas diretamente envolvidas, sem apontar culpados, apesar de ser notório, os problemas de ordem econômica e social que contribui fortemente, mas dialogar e coletivamente buscar soluções. Além de refletir sobre a gravidade da questão, amplia-se a discussão em torno da violência como relação de poder e as parcerias como forma de combater a violência.

## **1 UMA RELAÇÃO DE PODER**

A violência é um fenômeno histórico e social que apresenta diversos contornos e perpetua-se não importando o nível de desenvolvimento de um povo. É sempre uma relação de poder, na qual um mais forte domina um mais fraco (FALEIROS, 1995). Assim, podemos dizer que o ato da violência forma uma teia que abarca a esfera estrutural (sistema social) e



interpessoal (doméstica, trabalho e amigos), afetando consequentemente todos os setores da sociedade e podendo transformar as vítimas em algozes Oliveira e Brito (2008).

Faz-se necessário, diante da atual conjuntura, questionar: a violência em nossos dias já é tão banal que as pessoas perderam a sensibilidade? Trazendo as contribuições de Arendt (1994) quando discute sobre “natureza”, mencionando os trabalhos desenvolvidos pelos zoólogos e demais ciências naturais para solucionar a charada da “agressividade” no comportamento humano, a mesma discorda e um dos seus posicionamentos é porque:

[...] tendem a considerar o comportamento violento como uma reação mais “natural” do que estaríamos dispostos a aceitar na ausência destas pesquisas. A agressividade, definida como um impulso instintivo desempenharia o mesmo papel funcional no âmago da natureza que os instintos sexual e nutritivo no processo vital do indivíduo e da espécie (ARENDRT, 1994, p. 38).

Apesar dos instintos naturais, afirma a autora, o que distingue o homem do animal é a razão, o homem como animal rationale (ARENDRT, 1994). Quando não se sabe fazer uso dessa razão, o homem pode tornar-se ainda mais perigoso, pois possui uma atividade mental complexa que pode ser usada para o bem ou para o mal. Embora o grau de violência em nossos dias venha desumanizando o homem, não significa que as ações tenham que se assemelhar a de animais. Mencionando ainda Arendt (1994, p. 39), “[...] mas a sua ausência conspícua que constitui o mais claro sinal de desumanização”. Portanto, é notória a necessidade de maiores reflexões, de posicionamentos, conscientizações para que a violência não seja o recurso a ser utilizados nas condições ultrajantes e muito menos visto como algo normal, banal, da condição humana instintiva. A obra de Hannah Arendt, alerta para a falta de grandes estudos sobre o fenômeno e a banalização do conceito. Que nenhum historiador ou político deveria ser alheio a esta situação e que o tema deveria ser mais bem interrogado e investigado pelos cientistas.

Embora, não seja vista como algo natural da condição humana, ainda prevalece o patriarcalismo e a normatividade das relações de poder, prioritariamente nas relações de gêneros que atinge os filhos direta ou indiretamente. Nessa perspectiva, Araújo (2002) afirma que: o “crescimento da violência e suas diferentes formas de manifestação coloca-se hoje como uma questão crucial para a sociedade brasileira”. Não há dados suficientes para comparar se



realmente houve crescimento conforme afirma a autora, porém é algo ultrajante que não deve se perpetuar.

O espaço doméstico deveria ser exclusivamente o ambiente de amar, de proteção e acolhimento. Porém no dia a dia da família isso nem sempre ocorre, o que implica dizer que há um desequilíbrio familiar ou “família em desordem” (ROUDINESCO, 2003). Agravando-se a situação, pois muitas das agressões são silenciadas. O fenômeno da violência contribuiu para reunir sobre o mesmo holofote, todas as áreas do conhecimento, estabelecendo interação em prol do bem comum, que é a elaboração de estratégias para prevenção e intervenção no enfrentamento dos problemas. Principalmente nas últimas décadas vem adquirindo visibilidade e a pauta dos diferentes setores da sociedade. Isso se dá, devidos a vários fatores:

A violência se tornou um tema frequentemente analisado nos dias atuais em razão de contar com uma maior visibilidade, através de maciça divulgação pela mídia e pela internet, sem contar com campanhas, ações do governo e de instituições civis enfocando a questão (OLIVEIRA & CAVALCANTI, 2007, p. 39).

Nesse contexto, combater qualquer tipo de violência é fundamental para se construir uma sociedade mais justa e igualitária. Embora as autoras destaquem à agressão de gênero, as prevenções de todas as modalidades tornam-se imprescindíveis. As ações dos diversos organismos como: as campanhas, ações do governo, as divulgações através dos meios de comunicação, tem corroborado para a população perceber a problemática, cultivar uma cultura de paz, uma maior conscientização dos direitos e deveres e maior interação dos órgãos para apoio as vítimas.

Não se pode deixar de destacar que a violência doméstica, também é reflexo de um contexto socioeconômico e cultural, que exerce influência na conduta violenta dos atores que tende a reproduzir a experiência sofrida de exploração e abandono, colaborando para consolidação da violência contra as crianças e adolescente num ciclo vicioso. A título de exemplo, para a coordenadora da área de Juventude e Políticas Públicas da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais e coordenadora de pesquisa da UNESCO, Mirian Abramovay: “os conflitos são resultados de relações sociais ruins e de falta de diálogo”<sup>1</sup>. A reportagem

---

<sup>1</sup> Violência nas escolas: ela reproduz as lacunas da nossa sociedade. Reportagem publicado no Site <http://www.geledes.org.br/violencia-nas-escolas-ela-reproduz-loucuras-da-nossa-sociedade>. Sendo um das autoras mencionada Mirian Abramovay.



reflete sobre a violência nas escolas pontuando que não é um fenômeno intramuros, mas o reflexo do que a criança vivencia na sociedade. E a família é um meio social importantíssimo para formação da identidade, de valores e reflete as ações vivenciadas.

Corroborando com a questão supracitada, Minayo (1994), aponta que as formas de violência contra o infante-juvenil estão fundamentadas na própria estrutura da sociedade e pelos processos culturais, ou seja, a cristalização da relação de poder. É comum alguns estudos sobre a temática, e até mesmo os meios de comunicação, apontarem a adolescência e a juventude como alvos da violência, com o uso e tráfico de drogas, furtos, agressões em baladas e torcidas organizadas. No entanto, em investigações da UNICEF (2005), Minayo (1994) e outros, apontam os jovens como as maiores vítimas.

Um fator que merece uma devida atenção, no contexto apresentado, é a falta de dados para que se tenha uma visão global e minuciosa do quantitativo, isso se deve em grande parte aos silenciamentos que pode atingir um percentual alarmante. Portanto, a violência é uma relação de poder, complexa e urgente de debates, reflexões e ações em prol do bem maior, a vida humana, seja ela de: crianças, adolescentes, adultos ou idosos. Os diálogos precisam atingir a cerne da questão, uma vez que, já não causam tanto impacto. Que tais observações possam contribuir para sensibilizar e o despertar da situação atual que perpassa pela banalização da violência que desumaniza toda esfera da sociedade, incluindo neste contexto, a família. O que não pode acontecer é perder a capacidade de nos indignar (RIBEIRO E MARTINS, 2011). As autoras afirmam que os responsáveis pela criança sentem-se donos da situação e com poder para agir com violência.

## **2 A ESCOLA NO COMBATE A VIOLÊNCIA**

Nos dias atuais, diante de gravíssimos problemas; violência, indisciplina, gravidez na adolescência, repetência escolar, evasão escolar, drogas etc., que estão afetando crianças e jovens, não poderia haver melhor parceira conforme afirma Tânia Zagury (2000), senão através de uma constante e sólida união entre as duas instituições, Família & Escola, onde uma complete a outra.



Esse é um tema que demanda múltiplos olhares e a educação assume um papel importantíssimo, uma vez que sua clientela são os principais afetados. Para Azevedo e Guerra (1997), as crianças que crescem em um ambiente de violência, se tornam adultos violentos. Desta forma, é um tema que demanda reflexão, maior suporte do Estado e ações educativas para enfrentamento e minimização. É preciso enlaçar todos os indivíduos para perceber a criança como sujeito de direito e fortalecer a família com planejamento familiar e educacional, pois as ações assistencialistas e pontuais não tem dado conta.

No âmbito educacional, muito se discute em relação às questões que envolvem as temáticas: drogas, indisciplina, gravidez na adolescência e formação do professor. Cobra-se a parceria da família e pouco se aborda sobre a violência doméstica. Precisa-se ampliar a discursão, pois é um assunto que extrapola o espaço da casa e envolve todas as pessoas. A não passividade diante do fenômeno poderá interferir no modo de ser e agir dos sujeitos, gerando mudanças na sociedade e na emancipação do ser humano (Azevedo e Guerra 1997).

Torna-se crucial que o educador busque ferramentas para combater “a Pedagogia Negra<sup>2</sup>”, que por si só já é uma violência racista. As vítimas da pedagogia negra sofre de maus-tratos físicos e podem ser vítimas de outras formas: negligências, de abuso sexual e da “Perversa Doçura” que corresponde à violência psicológica (AZEVEDO E GUERRA 1997). Dessa forma, o conhecimento pode ser um forte aliado para emancipação do ser humano das amarras culturais e paternalistas. As consequências perpassam pelo ambiente escolar, pois é o espaço de atuação pública da criança, interagindo com professores e demais estudantes, desvelando e reconstituindo sua identidade.

Almejar uma sociedade mais justa, saudável e menos violenta, onde todos sejam respeitados como cidadãos, requer repensarmos as nossas ações e as ações do Estado. Acreditamos, também que, principalmente por sermos profissionais envolvidos no meio educacional, queiramos ou não, os problemas sociais perpassam a instituição escolar, a qual nem sempre está preparada para recebê-los. (RIBEIRO & MARTINS, 2011, p. 26)

Nessa conjuntura, há que se pensar nas ações pedagógicas, na proposta curricular e na formação continuada do educador que contemple estudos sobre o fenômeno e abarcar ações para atender os pais, não simplesmente para informar o rendimento escolar ou de indisciplina



dos filhos. Além das violências que a criança vivencia no lar, vale destacar a sobreposição que o sistema educacional imprime, que muitas vezes não é percebida. Celma Gomes (2013) aponta como fortes situações de risco nas escolas a falência do ensino público, juntamente com as estruturas dos espaços: salas pequenas, superlotadas, mal iluminadas, ruídos, péssimas condições de trabalho para os professores, má remuneração, carga horária extensa, formação inadequada e insatisfação, falta de material didático ou inadequado e outros. Fora do contexto escolar aponta as mais amplas: desigualdades sociais, desemprego ou subempregos, uso de drogas, alcoolismos e a defasagem dos sistemas públicos oferecidos a população. Dentro desse contexto, temos as dinâmicas familiares e individualidades. Tais fatores são vistos como agregadores de incivilidade escolar, familiar e comunitária.

A violência se transforma “em conflitos cada vez mais intensos e carregados de atitudes rígidas, por vez até compulsivo-obsessivo” (GOMES, 2013, p. 29). A autora concorda que a violência sempre existiu, porém transcende a civilidade. É um fenômeno multifacetado que historicamente entrelaça a sociedade, atingindo de forma diversa a todos. Buscando elucidar o conceito pautado em diversos autores, afirma:

De fato, a violência possui muitos conceitos, mas uns e outros condensam a ideia de que é a intervenção sobre o corpo, quando ela imobiliza ou prende impedindo quem a sofre de realizar uma ação socialmente relevante; ou quando altera seu estado físico ou psicológico impedindo que tal ação se realize. [...] também que pode a violência se manifestar sobre as formas de coerção e manipulação, utilizando sanções e punições físicas e psicológicas (GOMES, 2013, p. 32).

São tantas as faces da violência, que alguns profissionais não conseguem perceber, prioritariamente no campo educacional, na qual o educando é taxado de indisciplinado, desinteressado, baderneiro, fracasso escolar e outro. Os sofrimentos podem não deixar marcas no corpo, mas se reflete de várias maneiras. Com um olhar mais atento sobre o aluno os sofrimentos podem ser identificados e posturas do educador serem repensadas. A educação é essencial para o desenvolvimento pleno e humanização. É na perspectiva libertadora de Paulo Freire que a educação deve ser concebida pelos educadores. Faz-se necessário prestar atenção aos sintomas desenvolvidos pelas crianças sem prejulgamentos e sem taxar simplesmente de

---

<sup>2</sup> É um termo usado pela psicóloga Alice Milher, uma das maiores especialistas em maltrato e abuso infantil, analisando os impactos nos filhos. Tal termo segue a corrente da qual a criança nasce má e precisa ser domada.





indisciplinados. Os atos agressivos podem ter motivos bem maiores do que a simples rebeldia da juventude.

De fato, diagnosticar a violência doméstica contra crianças, além de ser um desafio para o educador, é o primeiro passo para defender o direito constitucional e oportunizar o desenvolvimento do sujeito. As crianças estão em fase de desenvolvimento e aprendem com situações vivenciadas e a família, enquanto espaço privilegiado de socialização, de afeto, de formação da personalidade, de experiências significativas, não está desprovido de conflitos. Um ambiente de hostilidade é desequilíbrio pode afetar os aspectos físicos, mental e emocional (AZEVEDO & GUERRA, 1997, p. 233)

As normas, valores, crenças e formas de se relacionarem apreendidas na família, impactam e influenciam de forma negativa ou positiva no comportamento das crianças que reproduzem as formas de ver e viver o mundo ao seu redor. Pode-se afirmar que a família é a matriz da aprendizagem, de significados e de práticas que serão interiorizadas e desvelada nas relações interpessoais e nos ambientes que as integram (RIBEIRO & MARTINS, 2011).

### 3.1 PARCERIA FAMÍLIA & ESCOLA

Torna-se relevante refletir aqui sobre a participação da família na escola, a partir de uma abordagem dos processos educativos que vem promovendo a ideia de um ensino de qualidade, na qual a parceria é condição “*sine qua non*” para o sucesso em diversos âmbitos, conforme é citado por Içami Tiba em seu livro - Quem ama, educa. “Se a parceria entre família e escola se forma desde os primeiros passos da criança, todos terão a lucrar. A criança que estiver bem vai melhor e aquela que tiver problemas receberá a ajuda tanto da escola quanto dos pais” (TIBA, 2002, p.183). Vale ressaltar que os problemas vivenciados na família refletem na escola com dificuldades de aprendizagem, indisciplinas, apatias...

Com essa preocupação, e partindo das inquietações de educadores e gestores, o dialogo entre família e escola torna-se fundamental para mediar conflitos e tomada de decisões em uma escola democrática, que visa uma educação de qualidade para todos. A família e a escola são duas instituições propulsoras do desenvolvimento físico, intelectual e emocional de uma criança, ambas contribuem para a formação de cidadãos. Nesse aspecto, podem ser propulsoras



ou inibidoras do desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social. A escola se preocupa com os processos de ensino-aprendizagem e com a formação integral do educando e a família fomenta a socialização, tem a atenção voltada mais para “o cuidar”, prover as condições essenciais para sobrevivência e transmissão de valores. Ambas se complementam no desenvolvimento pleno do(a) filho(a)/estudante. Com interesses em comum, suas ações precisam ser refletidas na perspectiva de somar esforços. A escola tem sua metodologia e filosofia, mais ainda assim, precisa da família para o projeto educativo.

Educar, implica antes de tudo, apresentar o mundo habitado por outros que, também, têm desejos; apontar caminhos para que a própria criança possa desenvolver seu senso crítico, podendo avaliar a sua realidade baseada no bom senso e não no senso comum (PAROLIN, 2003, p. 96).

Percebe-se nas palavras da autora que educar não é uma tarefa tão simples, apresentar o mundo e desenvolver o senso crítico, exige construção de uma consciência moral, pautada em uma lógica socialmente aceita para que quando essa criança tiver de decidir, saiba como e por que está tomando tal decisão, necessitando de um trabalho conjunto dos pais e professores. Com as novas concepções de educação, na qual dizem respeito à gestão democrática e participativa, os educadores têm percebido o quanto o apoio da família, uma das questões mais inquietantes, se faz necessário ou mesmo crucial no desenvolvimento da aprendizagem. Nas reuniões de pais e mestres, há baixa frequência e são mais para falar de problemas comportamentais, não existindo um clima de harmonia, mas, conciliações. As famílias parecem estar cada vez mais afastadas da escola e vale salientar que a contemporaneidade tem oferecido inúmeros desafios que exigem: atitude, informação, consciência crítico-reflexivo e respostas plausíveis para os problemas, entre eles a violência.

Precisa, nessa conjuntura, desenvolver posturas de parcerias que possibilitem medidas para fortalecer as duas instituições no enfrentamento dos problemas futuros:

Pelas pistas que possuímos do mundo que espera nossos jovens, só sabemos que será muito diferente do presente, com inevitável mudança de paradigma(s). [...] Apenas precisamos não permanecer como espectadores, mas tomar nas mãos o desafio de construir o novo (ARANHA, 2000, p. 241).



A autora menciona que independentemente das mudanças, dos paradigmas, torna-se essencial à participação na construção deste novo milênio. Neste contexto, também inclui a interação da família, ainda que não se possa prever o futuro, pode-se com base no que não se quer construir uma educação mais democrática, participativa, de qualidade e na qual seus principais favorecidos (as crianças) sejam sujeitos de direitos. Nos meados do século XX e início do XXI, houveram várias mudanças ocorridas no plano sócio-político-econômico, ligadas ao processo de globalização, da economia capitalista neoliberal e outros, que vêm interferindo na dinâmica e estrutura familiar (PETRINI, 2005).

Esses processos não são isolados e atingem todos os segmentos sociais incluindo a educação, que para atender as demandas atuais das racionalidades hegemônicas, parafraseando Estevão (2012), precisa de uma cosmopolítica educacional, ou dialógica, participativa... A relação família X escola, precisa ser construído coletivamente. Estevão (2006) afirma que uma escola, com organização democrática, deverá posicionar-se dialogicamente, na qual cada parte envolvida, efetiva a troca de saberes e a construção de uma Poliarquia escolar. Uma relação de estranhezas, indiferença ou preconceito pode quebrar a relação Família X Escola que começa a se efetivar. Nos dias atuais, diante de gravíssimos problemas não só de aprendizagem, mais de violência, indisciplina, gravidez na adolescência, repetência escolar, evasão escolar, drogas etc., que estão afetando crianças e jovens, não poderia haver melhor parceira, afirma Tânia Zagury (2002), senão através de uma constante e sólida união entre as duas instituições, Família & Escola, na qual uma complete a outra.

#### **4 ASPECTO METODOLÓGICO DA PESQUISA**

O caminho metodológico percorrido engloba atividades sistemáticas e racionais permitindo alcançar os objetivos com maior eficácia, conforme menciona (LAKATOS E MARCONI, 2006, p. 106). Assim, o estudo parte de uma pesquisa empírica, que utiliza os aspectos qualitativos, fazendo uso da entrevista semiestruturada, combinando perguntas abertas e fechadas. Opta-se por essa técnica de coleta de dados por perceber as vantagens conforme instruções das autoras referendados na Revista eletrônica dos Pós-Graduados em Sociologia Política da UFSC, Vol.2, nº 1.



Combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. [...] a principal vantagem da entrevista aberta e também da semiestruturada é que essas duas técnicas quase sempre produzem uma melhor amostra da população de interesse. (BONI E QUARESMA 2005, p.75)

A metodologia possibilitou esclarecer a problemática vivenciada e compreender questões subjetivas, significados, valores e crenças que não podem ser mensuradas. Para melhor compreensão o tema foi analisado a luz de um referencial teórico, conforme referência, ampliando o olhar sobre violência, relação de poder, relações conflituosas, parceria família e escola. Objetiva refletir sobre a importância da parceria no combate à violência. Para tanto, 9 (nove) professores de uma instituição de ensino da rede municipal, que atente a uma clientela da Educação Infantil ao 5º ano foram entrevistados separadamente, e as respostas foram cruzadas e analisadas a luz dos teóricos que embasam a pesquisa. O estudo conta, também, com as contribuições de uma Conselheira Tutelar, sendo algumas falas transcritas na íntegra. E dados fornecidos pelo CREAS.

Todos os procedimentos éticos foram tomados e garante-se o sigilo das identidades e informações das pessoas conforme rege a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Combinando os caminhos metodológicos: pesquisa descritiva, bibliográfica, em campo empírico e com abordagem qualitativa. Visando ampliar o olhar sobre as famílias, buscou também, através das percepções de uma conselheira tutelar, informações sobre as configurações de família, os tipos de relações e as causas dos conflitos nas famílias da qual o Conselho Tutelar atende.

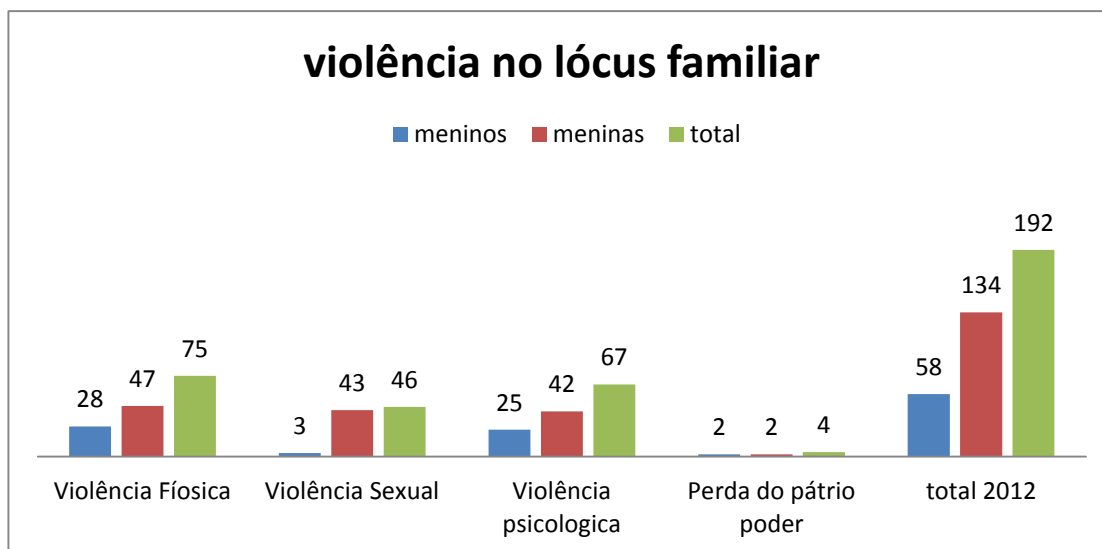
## **5 PERCEPÇÕES DOS ENTREVISTADOS**

Conforme já mencionado na metodologia, buscou-se ampliar o olhar entrevistando uma conselheira tutelar, analisando-se o entendimento sobre as configurações de família na qual as crianças estão inseridas, o tipo de relação dos pais, e percepções dos professores. Porém, o gráfico a seguir é apenas um recorte temporal e geográfico do campo empírico, muito significativo, que desvela o número de ocorrência em apenas um dos órgãos de proteção à



infância. Descreve os diversos tipos de violência contra crianças e adolescentes no município de Jaguaquara/BA, local onde a pesquisa foi desenvolvida.

### Gráfico 01- Tipos de violências preponderantes contra crianças e adolescentes em 2012.



**Figura 01- violência infanto-juvenil.**

**Fonte: Dados fornecidos pelo CREAS – ano 2013. Projeto de pesquisa: Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea**

Entre os tipos de violências apontados no gráfico 01, percebe-se a preponderância da violência física, seguida da psicológica e por fim, a sexual. Esses dados foram fornecidos pelo CREAS- Centro de Referência Especializado da Assistência Social, um dos parceiros do Conselho Tutelar que tem por finalidade dar orientação e apoio especializado e continuado a indivíduos e famílias com direitos violados. Conforme relato da coordenadora da instituição, a violência se efetiva através dos espancamentos, alienação, tortura psicológica e abusos sexuais, cometidos no seio familiar por pais ou responsáveis, sendo a maioria proveniente de classe baixa. É rara a ocorrência de casos, em a vítima seja de famílias com poder aquisitivo alto, a menos que, vá para denunciar um parente. Comprovando os silenciamentos na classe média/alta e a relação de poder (KALOUSTIAN, 2011; RIBEIRO & MARTINS, 2011). Nos dados informados não consta o abandono ou negligência, que é um tipo de violência muito comum e que nem sempre é percebido como tal. O olhar é direcionado para violência física e choca mais a comunidade quando é sexual. Os casos de negligência poucos são denunciados.

Os dados supracitados foram mostrados a uma Conselheira Tutelar que muito corroborou com o estudo afirmando que nem todos os casos passam pelo Conselho ou



vice-versa. Que os números são altos e ainda tem os que passam direto pela delegacia ou vai para a promotoria pública e depois que são chamados e tomam ciência. Como o objetivo no momento não é de comparar dados quantitativos direciona-se a entrevista para a questão investigada:

Quadro 01- Olhar da conselheira tutelar sobre a família e tipo de relação.

Questionamento	Síntese da resposta
1- Qual a sua percepção em relação às famílias que procuram o Conselho Tutelar? E qual o tipo de relação dos cônjuges?	“Família desestruturada psiquicamente e socialmente”. “Família carentes, vivendo situação de conflito, provenientes da classe baixa, muitos não têm salário fixo, nem casa própria e quando tem, são péssimas as estruturas”. “São conflituosas e as relações amorosas ocorrem com frequência, sem nenhum tipo de consciência, de responsabilidade, a maioria dessas relações não pensa no dia do amanhã, não pensam que tem um filho, tem que dá educação, saúde, lazer..., não. Se juntam. Conhece hoje e amanhã já estão juntos e engravida sem nenhum tipo de responsabilidade, de conscientização nenhuma e assim vão levando a vida, qualquer coisa tem a delegacia, o Conselho Tutelar para procurar...”

Figura 02- Percepções sobre as famílias.

Fonte: Dados fornecidos pela Conselheira Tutelar – ano 2013. Projeto de pesquisa: Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea

A percepção da conselheira sobre as famílias é que precisam de ajuda. Os conflitos que acabam envolvendo os filhos, na visão da conselheira, em geral são em decorrência da situação financeira, drogas, alcoolismo, abandono de vulneráveis, maus-tratos. Necessitando de políticas públicas, de apoio para continuar mantendo um vínculo relacional sem prejudicar os filhos. Destaca-se uma das falas da Conselheira: “[...] é a família que precisa de conselho e não a criança”. São famílias disfuncionais, que precisam de apoio para continuar mantendo um vínculo relacional afetivo, independente do modelo que se configure. Apesar das diversas configurações de família na contemporaneidade, as funções básicas: cuidar, educar, prover, proteção, iniciação aos valores e as normas são prioritariamente da família. Ela não pode se tornar o lugar de maior risco para a criança. É uma questão complexa que envolve a esfera privada e pública. Os cônjuges que são denunciados ao Conselho Tutelar vivem em constantes conflitos e agressões, não há harmonia na relação. Percebe-se que as relações são produzidas, construídas e modificadas dia a dia, predominando relações fluidas (Lipovetsky, 1989), líquidas (Bauman, 2004) ou flutuantes (Donati, 1998a, 2006b).



A Conselheira mostrou-se preocupada e comprometida, embora não possa suprir toda demanda na qual essas famílias necessitam. Tem como ponto positivo a parceria com outros órgãos como, Escolas, o CREAS- Centro de Referência Especializado da Assistência Social CRAES, a Promotoria Pública, a Delegacia e a Assistência Social, minimizando em parte alguns conflitos. Embora a Conselheira visualize que são famílias de classe baixa, vale ressaltar que a violência doméstica não está apenas nas camadas populares. O fenômeno perpassa todas as camadas sociais, porém a tendência é o silenciamento, como afirma Kaloustian, (2011).

Há, por um lado, uma tendência a tratá-la com pudor, considerando o recinto do lar como “intocável”, e fazendo-se uma espécie de redoma de silêncio em torno dos agressores, principalmente quando se trata de famílias abastadas ou classe média. (KALOUSTIAN 2011, p. 66).

O autor reconhece que as famílias das camadas populares são mais vulneráveis, mas independentemente da camada social, a violência precisa ser detectada para se tomar as medidas necessárias em tempo hábil e com equiparidade para todas as classes sociais.

A partir desses dados já coletados, que revelam, em parte, a violência sofrida por crianças no referido município, o tipo de família e as relações conjugais, buscou-se junto a uma instituição de ensino verificar a importância da parceria para enfrentamento dos problemas, visto que a violência na escola, também é decorrente, segundo os entrevistados, das violências sofridas em casa.

#### Quadro 02- Parceria Família e Escola.

Questionamento	Professor -S	Professora – P e J	Professora – B	Professora – F - A e S	Professora – E e A
A presença da família na escola pode minimizar a violência na casa e na escola?	“Sim, vai unificar e juntos vão diminuir os problemas. Ex: o programa mais Educação, para os casos de negligência, já ajuda para a criança não ficar nas ruas.” (Casos de negligências).	“Depende do tipo de família, em que meio está e não resolve. Tem casos que não adianta, pois ela só traz a criança mais não participa da escola.”	“Se os pais ajudarem e tiverem interesse, forma uma parceira. Conversa só, acho que ajuda.”	“Quando vem podem melhorar”.	“Às vezes a união da família com a escola pode resolver muitos problemas.”

**Figura 03- Percepções dos professores em relação a parceria.**

**Fonte: Dados fornecidos pelos professores de uma instituição de ensino no município de Jaguaquara/BA – ano 2013. Projeto de pesquisa: Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea**



A entrevista ocorre em uma instituição de ensino em Jaguaquara/BA, com a participação de 09 (nove) professores, na qual a pesquisa de campo foi desenvolvida. Constata-se que não há unanimidade na crença dos educadores em relação à presença da família na escola para minimizar a violência. Isso se deve, não pela descrença em relação à parceria, pois nas intervenções ao questionar se é importante a parceria entre Família & Escola, todas foram unânimes em afirmar que sim. Analisando a subjetividades das falas e das fisionomias faciais, o fato se dá pela pouca frequência da família à escola. Elas gostariam de firmar uma parceria com a família, porém, a negligência da família é a principal violência sofrida pela criança e que afeta o espaço escolar com a falta de acompanhamento dos pais aos estudos dos filhos. Em relatos, alguns professores se posicionaram afirmando que mesmo quando o aluno leva bilhete que só entrará com os pais, os mesmos não comparecem a escola. A questão maior é envolver a família para participar ativamente.

A participação dos pais (por dever legal) e da própria comunidade (como uma forma de proposta democrática) no momento de se traçar os melhores rumos do sistema educacional (inclusive no que toca a responder aos atos de indisciplina) constituem auxílio que não deve ser descartado, notadamente pela ambiência de corresponsabilidade que se instaura e por gerar integração direcionada à verdadeira prática de cidadania. (SILVA; LOPES; CARVALHO, 2009, p. 64).

A ausência da família no campo educacional é a principal descrença dos professores para a resolução dos problemas e na sobreposição da violência por não acompanhar os estudos. A escola se torna um meio para alguns pais ficarem livres dos filhos e também onde a violência é desvelada. São justamente esses tipos de pais que a escola tem mais dificuldade em dialogar e firmar parceria. A postura da escola também precisa mudar, a parceria deve gerar integração para prática da cidadania, e para tal, uma gestão democrática e participativa não deve ser confundida com reuniões esporádicas para passar os resultados ou indisciplinas dos alunos.

A parceria vai muito mais além, não se pode querer a família apenas nos momentos de indisciplina ou dificuldades de aprendizagem. A escola tem deveres jurídicos para com a clientela (SILVA, LOPES; CARVALHO, 2009, p. 64), assim como, os pais também tem deveres jurídicos para com os filhos e a educação (C.F., art. 227). Torna-se relevante, nesta conjuntura, o apoio dos órgãos de proteção para aferir e notificar os casos de violência, sendo visto pelas referidas autoras como responsabilidade moral e jurídica dos profissionais em denunciar. Já que a maioria tem





consciência de que a participação da família na escola pode minimizar a violência e que o maior empecilho é o comparecimento dos pais a escola, precisam, portanto, buscar mecanismos para fortalecer os vínculos, ações que devem constar no Projeto Político da escola para o ano todo, pregando a cultura da não violência e não simplesmente a cultura da paz como afirma Gomes (2013).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

283

Os estudos sobre violência doméstica contra crianças e a atuação das instituições de ensino e de órgãos de proteção, apesar de estar sendo analisadas epistemologicamente, ainda demanda de novos olhares, como bem menciona López (2001) ao se reportar aos estudos em relação à família. Conclui-se que o fortalecimento da parceria entre Família & Escola e órgãos de proteção à criança, tornam-se de extrema relevância e urgente. Ambos precisam estar em constante integração, uma vez que possui o elemento em comum, filho(a)/educando/cidadão de direito. O clima de desconfiança ou desunião, só vai prejudicar o desenvolvimento integral do sujeito e normatizar a relação de poder, de violência.

O diálogo para fortalecer as práticas interativas é o primeiro passo para proteção e garantias de direitos. Para Ribeiro e Martins (2011), a parceria “envolve todos os indivíduos, de forma direta ou indireta em episódio de violência doméstica”. Portanto, a escola está sim envolvida e precisa se posicionar e fortalecer os vínculos de parceria, visando o enfrentamento da violência.

São inúmeras as mudanças sociais e relacionais que leva a repensar as racionalidades capitalistas e as relações sociais desumanas que promove mal-estar e violência por toda parte, tais reflexões devem contribuir efetivamente para o crescimento humano de todos os membros da família, independentemente da sua configuração ou classe social. A parceria pode ser um elemento chave na resolução de muitos problemas que afligem o homem, incluído ou prioritariamente as crianças.

Outro desafio é a necessidade de reduzir o mito de se associar o maltrato e abuso sexual a pobreza. O problema não está exclusivamente ligado a um setor da sociedade. A falta de dados, não significa que eles não existam, revela a gravidade da situação. A ideia de propriedade, os conflitos de gênero e do individualismo, corrobora para efetivação e muitas



vezes silenciar, independentemente da classe social que pertença. Todos os esforços devem se feitos para o bem-estar de crianças, jovens e adultos. Fortalecendo os laços de convivência, evitado toda e qualquer forma de violação dos direitos. Perceber que a violência é algo brutal e desumano pode ser o primeiro passo para muitos que ainda precisam ser dados para efetivar promoção do bem-estar na família e na sociedade.

Os dados e percepções dos entrevistados revelam a urgência do fortalecimento dos vínculos de parcerias. Com a negação do outro, o fenômeno se afirma, o mérito está no relacional, em conviver com o outro harmonicamente, respeitando as crenças, as etnias, a cor, a sexualidade, enfim. Não é o poder opressor da violência que afirma o homem como superior, mas a racionalidade, o discernimento e o uso do bom senso. A solução não está em ações isoladas, mas no processo de democratização em que o conhecimento, o fortalecimento dos vínculos de parceria poderá emancipar o ser humano das amarras e novas posturas no modo de ser e de agir.

É pertinente apontar que uma pesquisa não pode se limitar as investigações empíricas, mais que contemple outras dimensões, entre elas a transformação da situação investigada. Nessa conjuntura, a pesquisa deixa a quem interessar a sugestão de incrementar políticas que favoreçam realmente a família, com o intuito de fortalecê-la, de forma tal que possa assumir mais adequada as suas funções básicas. Oportunizar educação de qualidade e profissionalizante para os pais, acesso ao mercado de trabalho, creches para os filhos, condições de moradia e infraestrutura adequada. Verifica-se ainda a necessidade de rever a legislação e seu foco sobre estratégias para punir e/ou prevenir qualquer forma de violência não só contra crianças e adolescente, mas também, as praticadas contra as mulheres que afetam diretamente ou indiretamente aos filhos. A falta de compromisso dos pais para com a educação dos filhos, fato revelado no estudo e que causa o descrédito do professor em relação a parceria, implica em ampliar a comunicação com os órgãos de proteção para obter amparo legal e em rever a postura pedagógica e gerencial adotada pela escola. Este estudo não tem a pretensão de esgotar o assunto, visto que, as subjetividades tornam-se um leque de reflexão precisando de outros olhares.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. *Caleidoscópio das violências nas escolas*. Série Mania de Educação. Missão Criança, União Européia, OXFAM. Brasília, 2006.

ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 7, n.2, p. 3-11, jul./dez. 2002.

ARENDT, H. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de. A. (Orgs.) *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v. 2, n. 1/3, jan.jul. 2005.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069*, de 13 de julho de 1990. Brasília: Centro de Documentos e Informação/Coordenação de Publicações. 2000.

\_\_\_\_\_. *Constituição (1988)*. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a nº 28/2000 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a nº 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.

CAVALCANTI, V.R.S. A violência de gênero no Brasil a partir de um olhar interdisciplinar. In: GOMES, C.A. (Org.). *Segurança e educação: uma abordagem para construção de um sistema de medidas*. Salvador: UNIFACS/Observatório de Segurança Pública da Bahia, 2008, p. 93-120.

DONATI, P. *Família no século XXI: abordagem relacional*. Trad. João Carlos Petrini. São Paulo: Paulinas, 2008. (Coleção Família na Sociedade Contemporânea)

ESTEVIÃO C. V. *Políticas e valores em educação: repensar a educação e a escola pública como direito*. São Paulo: Humus, 2012.

\_\_\_\_\_. Justiça, direitos humanos e educação na era da globalização. In: MOREIRA, A. F.; PACHECO, J. A. (Orgs) *Globalização e educação: desafios para políticas e práticas*. Portugal: Porto, 2006. p. 31-61

FALEIROS, V. de P. Violência contra a infância. *Revista Sociedade e Estado*, v. 10, n. 2, p. 475-487, jul/dez, 1995.



- GOMES, C. B. Violência nas escolas: uma realidade a ser transformada. In: GOMES, C. Borges. (Coord.) *Violência nas escolas: uma realidade a ser transformada*. Curitiba: Juruá, 2013. p.29-52 .
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Técnicas de pesquisa*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola*. Goiânia: Editoro Alternativa, 2001.
- KALOUSTIAN, Sílvio M. *Família Brasileira, a base de tudo*. 10ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2011
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: HUCITEC, 2007.
- OLIVEIRA A.P.G, CAVALCANTI V.R.S. *Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas*. Rev. Bras. Crescimento Desenvolv. Hum. v.7, n.1, p.39-51, 2007.
- PETRINI, J.C. & CAVALCANTI, V.R.S. (Orgs). *Família, Sociedade e Subjetividades*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- RIBEIRO, M.M.; MARTINS, R.B. *Violência doméstica contra crianças e adolescente: a realidade velada e desvelada no ambiente escolar*. 7ª ed. Curitiba: Juruá, 2011.
- ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- SILVA, P.V.B.da.; LOPES, J.E.; CARVALHO, A. *Por uma escola que protege: à violência contra crianças e adolescentes*. 2, ed, ver./organizado por Paulo Vinícius Batista da Silva, Jandicleide Evangelista Lopes e Ariane Carvalho. Ponta Grossa, Editora UEPG; Curitiba, Cátedra UNESCO de cultura, 2009. 198p.
- TIBA, Içami. *Quem Ama Educa*. São Paulo: editora Gente, 2002.
- ZAGURY, Tânia. *Escola sem conflito: parceria com os pais*. Rio de Janeiro: Record, 2000.